

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2023-12-05

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Nunes, N., Cachado, R. & Raposo, O. (2016). A ação coletiva à escala individual: Casos na AML. In Joana Dias Pereira, Maria Alice Samara e Paula Godinho (Ed.), *Espaços, redes e sociabilidades: Cultura e política no movimento associativo contemporâneo*. (pp. 247-264). Lisboa: : IHC-FCSH/NOVA.

Further information on publisher's website:

<http://hdl.handle.net/10362/18340>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Nunes, N., Cachado, R. & Raposo, O. (2016). A ação coletiva à escala individual: Casos na AML. In Joana Dias Pereira, Maria Alice Samara e Paula Godinho (Ed.), *Espaços, redes e sociabilidades: Cultura e política no movimento associativo contemporâneo*. (pp. 247-264). Lisboa: : IHC-FCSH/NOVA.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

A ação coletiva à escala individual: casos na AML

Resumo: Porque importa olhar para a escala individual para melhor compreendermos a ação coletiva, sob os alicerces de uma sociologia da pluralidade disposicional e contextual, são analisados três percursos biográficos de *protagonistas de ação coletiva* residentes na Área Metropolitana de Lisboa.

1 – A ação coletiva à escala individual: um desafio à investigação

É relevante analisar a ação coletiva à escala individual, ou seja, a partir dos seus protagonistas? É inverosímil a centralidade da ação coletiva nas sociedades contemporâneas. Ela assume diversas modalidades, é diversa e multidimensional. Para a sua efetivação, enquanto consagração do exercício de direitos sociais, económicos, políticos e culturais, um conjunto alargado de constrangimentos socioestruturais configuram uma ação coletiva fractal e desigual (Nunes, 2013). Os direitos de ação coletiva (ou de cidadania) não são exercidos de igual forma por todos os indivíduos nas sociedades contemporâneas. A capacitação para a ação coletiva constitui uma questão relevante se o sentido da modernidade for o de uma maior igualdade, justiça e democracia social (Sen, 1995).

Assumindo várias designações transmutáveis, a ação coletiva ocupa um lugar central ao longo das teorias sociológicas, desde os “clássicos” até às teorias contemporâneas. São múltiplos os enfoques relativamente à ação coletiva, desde análises mais estruturalistas até às mais focadas nas identidades. Nos vários paradigmas e teorias que se debruçam sobre a ação coletiva, é variável a presença da escala individual (Della Porta e Diani, 2006; Ruggiero e Montagna, 2008).

No âmbito de uma sociologia da pluralidade disposicional e contextual, proposta por Lahire (2002 e 2005), analisa-se a escala individual da ação coletiva, procurando, primeiro, não perder de vista os contextos e as condições sociais dos indivíduos, e, segundo, decifram-se as suas disposições sociais para a ação coletiva. Analisam-se conjugadamente os fatores subjetivos e os fatores objetivos que estão presentes na estruturação da ação coletiva, e evidenciados nas trajetórias biográficas de protagonistas de ação coletiva.

A grande inovação de Lahire consiste, precisamente, numa mudança ao nível do objeto de estudo, quando analisa indivíduos singulares, apoiando-se metodologicamente na técnica dos retratos sociológicos, construídos com base em entrevistas aprofundadas, reconstituindo, deste

modo, as matrizes incrustadas em cada indivíduo e os diferentes quadros de socialização e de experiências por que estes passam.

O desafio aqui lançado consiste precisamente em compreendermos melhor a ação coletiva a partir da construção de retratos sociológicos de três protagonistas de ação coletiva residentes na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Tratam-se de indivíduos engajados em diferentes esferas da ação coletiva, nomeadamente a sindical, a política, a associativa e a cultural-artística.

2 – O indivíduo na ação coletiva: teoria

Uma conceção da relação entre estrutura e ação com lugar para a ação coletiva deverá permitir olhar para a realidade social, em simultâneo, sob uma perspetiva “internalista” do indivíduo e “externalista” dos sistemas sociais (Pires, 2007), contemplando as mediações e redes de relações sociais existentes entre os atores individuais, os seus círculos sociais (Simmel, 1999), relações com atores coletivos e contextos de ação.

Os fenómenos da ação coletiva nas sociedades contemporâneas assumem expressão aos níveis macro-social, meso-social e micro-social (Mouzelis, 1992). É a partir do nível micro-social que a escala individual é intrinsecamente constitutiva dos restantes níveis teórico-analíticos que poderemos construir sobre o objeto ação coletiva.

O desenvolvimento de uma sociologia à escala individual, que aprofunde o espaço interno dos agentes, e suas respetivas escalas meso e macrosociais, enriquecem a análise dos fatores subjetivos e dos fatores objetivos que estão presentes nas dinâmicas da ação coletiva.

Nas teorias da mobilização dos recursos e da ação racional, a ação coletiva é essencialmente caracterizada enquanto ação instrumental e centrada do ponto de vista da capacidade organizativa da obtenção de recursos. Os indivíduos avaliarão estrategicamente a sua participação e adesão à ação coletiva em função dos seus interesses individuais. A noção de interesse enquanto explicação integrada de ação social, bem como os pressupostos desenvolvidos à volta do “dilema do prisioneiro” (Olson, 1998) constituem os seus argumentos teóricos centrais.

As teorias dos novos movimentos sociais destacam a emergência de novas arenas de conflito e a proliferação e diversificação de movimentos de novo tipo, ligados sobretudo a categorias sociais de cariz identitário. No entender destas teorias, as causas e conflitos culturais tomaram a supremacia sobre as lutas económicas e da desigualdade social. Em contraponto à racionalização do Estado, da economia e da “política convencional”, os cidadãos estarão a formar espaços sociais e políticos autónomos, reivindicativos de “novas

gramáticas” para a vida social—o que Habermas (1989) intitula “mundos da vida” — ou sob a perscrutação de valores pós-materialistas, como as teorias pós-modernas reivindicaram (Inglehart, 1977).

Uma teoria da ação coletiva poderá ter muito a ganhar a partir da incorporação da teoria da prática (Bourdieu, 1979) e Crossley é um dos principais autores contemporâneos que mais criativamente tem sabido explorar a profundidade do conceito de *habitus* desenvolvido por Bourdieu. A concepção do *habitus* encoraja o estudo dos movimentos sociais e da representação política, como um trabalho coletivo de indivíduos dotados de diferentes intencionalidades e estratégias sociais, indivíduos que, enquanto construtores ativos de protestos e de movimentos sociais, incorporam esquemas de percepção social, recursos e modos de agir derivados da sua incrustação no mundo social. São indivíduos com histórias pessoais, singulares, mas que se inscrevem, igualmente, nas histórias coletivas mais amplas, das quais fazem parte com a sua trajetória de vida (Crossley, 2002).

Crossley sugere o conceito de “*habitus militante*” (Crossley, 2003) que, associado à biografia individual inscrita na estrutura social, incorpora, objetivamente, os processos históricos e as formas de ação coletiva, e subjetivamente os eventos vividos. Crossley refere-se ao “*habitus militante*” para demonstrar a influência não apenas dos constrangimentos estruturais, da posição social e das socializações primárias na adesão à ação coletiva, mas procurando, igualmente, explicar os efeitos socializadores (secundários) que a própria ação coletiva poderá ter sobre os indivíduos, ou seja, como ela poderá incrustar-se nos padrões culturais e modos de vida dos indivíduos, exercendo, assim, influência sobre os seus esquemas de apreciação, de representação e de ação do seu mundo social.

A assunção de determinados reportórios de ação coletiva (Tilly, 2008) reflete as opções (valorativas) dos indivíduos no universo das estratégias possíveis na ação coletiva, ao mesmo tempo que exprime as trajetórias biográficas específicas dos indivíduos em causa. Tais trajetórias são, elas próprias, um fator de estruturação social, igualmente visível no plano das representações e valores que os indivíduos transportam consigo (Almeida *et al*, 2006).

Lahire (2002 e 2005) constitui um autor fundamental para a construção de uma teoria disposicional da ação coletiva (Nunes, 2013; Mouzelis, 2008), uma teoria capaz de analisar a escala individual da ação coletiva - nomeadamente a sua pluralidade disposicional e contextual - e respetivas lógicas de interação social (Costa, 1999). É a partir da pluralidade do *habitus* (Lahire, 2003; Costa, 2007), enquanto sistema de disposições aberto à diversidade das orientações da ação que os indivíduos se posicionam perante a ação coletiva. As disposições

para a ação coletiva só podem ser convenientemente problematizadas contemplando as variáveis de natureza biográfica resultantes das trajetórias coletivas e pessoais dos indivíduos.

Longe do modelo das identidades pós-modernas, as biografias tornam-se, então, cada vez mais complexas, atuando (pluralmente) dentro de um campo finito de possibilidades (Velho, 1994). No âmbito de uma sociologia da pluralidade disposicional e contextual, é possível a apreensão da variação disposicional, consoante as esferas de socialização estruturais e culturais que caracterizam uma determinada trajetória de vida. Assumir a complexidade interna de cada ator, implica abordar a singularidade individual sem esquecer que se trata de sujeitos socializados, que se encontram na interseção de diferentes esferas e forças sociais (Lopes, 2012).

A estruturação de determinados contextos sociais conduz a específicos “quadros de interação” (Costa, 1999), ativados nas dinâmicas da ação coletiva, e sob os quais se mobilizam os “*habitus* militantes” e participam os atores coletivos nos jogos sociais dos campos. São os “quadros de interação” que manifestam os sentidos e as identidades (plurais) dos indivíduos face às opções para a ação coletiva (ou ausência dela); e a economia de bens simbólicos (Bourdieu, 2000), presente na interação social, constitui fonte de ativação ou de desativação de disposições para a ação coletiva.

É a partir da pluralidade do *habitus militante*, que o indivíduo se posiciona perante os grupos sociais e os atores coletivos dos campos sociais. A ação coletiva não é uma simples agregação dos interesses pessoais, sendo através dos atores coletivos que são mediados, traduzidos e sincronizados os objetivos e os esforços coletivos dos indivíduos (Mouzelis, 2008).

3 – Metodologia

Este artigo tem por base o projeto de investigação “Localways – Trajetos de Sustentabilidade Local: mobilidade, capital social e desigualdade” (PTDC/ATP-EUR/5023/2012). Uma das suas componentes consistiu na realização de entrevistas aprofundadas a doze agregados familiares da AML, e que incidiram sobre os concelhos de Alcochete, Odivelas e Oeiras. Deste universo, seleccionámos três casos de indivíduos com saliente ação coletiva.

Nessas entrevistas, nos baseámos na biografia sociológica, um instrumento metodológico central das propostas de Bernard Lahire. Com este método, é possível a exploração das potencialidades de uma sociologia à escala individual, pela ativação da técnica teórico-metodológica dos retratos sociológicos.

A metodologia dos retratos sociológicos que aqui é explorada permite o entrecruzamento das esferas da ação coletiva com outras esferas da vida social dos indivíduos entrevistados, imbrincadas na malha densa e complexa das disposições sociais, propensas a práticas de ação coletiva.

Os retratos sociológicos de Francisco Andrade, José Martins e David Vargas refletem a singularidade de três percursos de ação coletiva, diferenciados entre si, como quaisquer outras biografias, mas unidas pelas partilha, simultaneamente plural e diversa, de protagonismos de ação coletiva.

4 - Francisco Andrade: dominação e resistência

Francisco Andrade tem um percurso de vida muito plural, recheado de episódios passíveis de análise sociológica. Nascido em 1960, é o irmão do meio com oito mais velhos e nove mais novos, numa família transmontana de origens muito pobres. O seu pai iniciou a atividade laboral nas Minas do Vale do Gato, entre 1946 e 1950, foi depois carvoeiro e trabalhou à jorna numa quinta, tal como a mulher, para um patrão que tinha um conjunto de propriedades na zona de Sabrosa, perto de Vila Real. A penúria era acentuada, e os pais de Francisco por vezes “deixavam de comer para dar aos filhos”. Feita a quarta classe, cujo exame representava um evento social importante na vida – o Francisco relembra ter vestido calças novas, camisa nova e sapatos, o pai pediu-lhe logo para o ajudar no trabalho. Esta situação ficou-lhe marcada e, mais tarde, quando veio para Lisboa, voltou aos estudos para continuar a sua escolaridade, idealmente até ao 12º ano.

“Tinha 11 anos quando saí da escola. A minha mãe toda contente quando acabei a 4ª classe, olha ó Manel, o Francisco conseguiu fazer o exame. Nesse dia estreei os meus sapatos, que a gente ou andava descalços ou de socos de pau. Com umas calças de tirilene verdes, uma camisa de seda, eram 3 da tarde quando venho da prova oral, um dia antes de fazer os 12 anos, em 1971, e então o meu pai mandou parar as vacas... e chegou ao pé de mim, “agora vai tirar essa roupinha e vai para a frente das vacas”, e lá fui até anoitecer. Comecei a trabalhar ali, dali fui para a quinta mãe, tomar conta dos animais.” (Francisco Andrade, 54 anos, Odivelas, entrevista 21/10/2014)

O “bichinho” da ação coletiva por parte de Francisco veio de trás, logo desde tenra idade, sobretudo através da percepção das condições laborais em Trás-os-Montes e também das desigualdades de tratamento entre classes sociais. Vejamos este excerto, que a nosso ver ilustra bem esta marca na sua trajetória de vida:

“O meu pai (...) foi trabalhar ao preço da uva mijona, ganhava 1000 escudos. É interessante porque aos outros dava 1700 escudos e ao meu pai só dava 1000. Porque o meu pai tinha 17

filhos, e recebia abono, e eles descontavam o abono. Eu até, quando tinha 10 anos, apercebi-me. Por isso é que tenho esta minha revolta. O patrão (...) tinha 3 cavalos para passeio e 2 jipes (...). [Um dia] apareceu de cavalo branco e nunca mais me esqueço. Então o meu pai disse, “você compreenda, dá-me só mil escudos” e ele com uma grande lata, “ó Manel”, porque ele tratava assim porque era da infância do meu pai, “mas tu porque é que estás assim com, qual é o problema, não tens como dar comer à canalha? Manda a canalha à Maria das Dores, que era a quinta mãe, onde faziam a comida. (...) A canalha era os miúdos. “É o caraças”, disse o meu pai, “se tiver dinheiro também compro as coisas e também me sei governar”. E uma mulher que estava lá, então quer matar a fome aos filhos, ainda é pobre e com soberba... Mas ele estava a exigir o que tinha direito. Estava a tirar-lhe 700 escudos! Porque o resto devia ser segurança social, por isso é que me deixou assim.” (Francisco Andrade, 54 anos, Odivelas, entrevista 21/10/2014)

Além de trabalhar nas quintas com os pais, ainda em Trás-os-Montes trabalhou na construção civil entre a altura do 25 de Abril e o início dos anos 1980, correspondendo a uma época em que muitos transmontanos emigrados em França começaram a construir casas nas aldeias de origem, impulsionando a construção civil e alargando o leque de profissões dos assalariados. Em 1983 rumou a Lisboa e continua a trabalhar na construção civil. A primeira casa foi num bairro de construção informal carenciada, perto de Benfica, a Azinhaga do Ramalho, nas Laranjeiras, onde viveu cerca de três anos. Ao fim desse tempo consegue ir viver para perto de uma irmã que vivia no atual concelho de Odivelas, na altura ainda Loures, em Famões, numa casa alugada. É lá que consegue fazer o secundário, embora não tenha terminado o 12º como pretendia. E é também em Famões que envereda na ação coletiva, de várias formas, primeiro através das listas para uma Junta de Freguesia e pouco mais tarde numa coletividade local, que ajuda a fazer renascer e a dar vida durante mais de uma década:

“Eu estava na escola, estava lá um camarada que disse que estavam a fazer uma lista para a freguesia e pronto. E então, por participar, desisti da escola. Quando foi das eleições, ganhámos a freguesia de Odivelas, e na coletividade tinha havido uma desavença na direção e estive dois, três anos sem funcionar. A coletividade era só de convívio, bailaricos, torneios de futebol. Mas como ganhámos as eleições, um dos meus camaradas diz-me assim “temos de começar a nível do movimento associativo a fazer qualquer coisa”. E então a gente era para irmos e então vamos, e com o apoio da Junta, que o presidente dava-nos força e eles, “então vocês avancem e reativem as coletividades”, porque havia uma coletividade de 1937, uma coisa muito antiga e era para recomçar.” (Francisco Andrade, 54 anos, Odivelas, entrevista 02/12/2014)

Ao nível profissional, Francisco Andrade passou a trabalhar para a Junta e para o município, sempre como pedreiro. As condições socio-económicas, de resto, pautam sempre a sua vida,

mesmo durante a sua experiência de presidente de uma associação. O relato seguinte deu-se durante uma saída dos jovens atletas da coletividade:

“Cheguei a ter uma equipa de 47 atletas (...). O meu subsídio de férias ou de natal, muitas vezes era para calçar os miúdos de ténis. Uma vez numa corrida em Torres Vedras havia uns miúdos sem ténis. Às tantas há lá um sujeito que diz, vá lá ao supermercado. Custaram parece que 1000 escudos os dois pares. Cheguei 5 minutos antes da prova começar. Quando trago os ténis aos miúdos foi uma festa, um deles ficou em primeiro lugar, com uma satisfação! Então ia chegar a casa e dizer aos pais que não correram?!” (Francisco Andrade, 54 anos, Odivelas, entrevista 02/12/2014).

Importa finalmente dizer que, além do interesse em ajudar os jovens dos bairros carenciados, que era no fundo uma das principais funções da coletividade que dirigiu, as relações de amizade e de camaradagem com os seus associados ganham particular relevância e, arriscamo-nos a dizer, anda a par do fator da cidadania nas disposições para a ação coletiva. Terminamos por isso com o relato de um episódio caricato que Francisco recorda por ser uma situação que os seus amigos estão sempre a lembrar:

“Foi num aniversário do clube. Naquela altura pensámos, vamos fazer uma coisa fora do comum, e então lembrei-me que na minha terra se fazia, e ‘bora lá fazer uma matança do porco. Um camarada sabia quem tinha uns porcos em Dona Maria que até os matava, e eu, “não, o porco tem de ser morto aqui”. Comprei eu o porco, (...) Fomos buscar o porco de madrugada, porque era proibido. Prendi o porco numa pata lá no coreto. Alguém disse que íamos matar o porco, já todos se amontoavam, a arranjar lugar para verem matar o porco, os miúdos. Há lá uma que não gostou da brincadeira, chamou a polícia, às tantas (...) telefonam-me, “é pá está aqui a polícia por causa do porco, dizem, então o porco, vão matar o porco”, e eu, “então mas o porco é criado é para quê?”. Eles, “olhe nós recebemos uma queixa e não podem matar o porco, ou matem, mas não pode ser à vista, arranjem um sítio, nós vamos embora, vamos simular que há um assalto na Romeira, depois quando chegarmos, se nos chamarem ele já está morto, mas não o matem aqui à frente”. (...) Pagavam 500 escudos quem não era sócio. Fez-se uma data de sócios. Dávamos a carne e eles punham a assar.” (Francisco Andrade, 54 anos, Odivelas, entrevista 02/12/2014).

5 - José Martins: a dedicação ao associativismo popular

Se o caso de Francisco ajuda a retratar uma trajetória de vida de alguém que vem do contexto nordestino de Portugal, como vimos relatando uma vida marcada pela pobreza e com episódios pessoais que contribuíram para a sua percepção sobre as desigualdades sociais, o caso de José Martins retrata a vida de alguém que vem do Alentejo para a Margem Sul do Tejo e que é marcado pelo 25 de abril e pela reforma agrária onde o pai participou, um

contexto socio-político importante para o seu associativismo e, de forma geral, para a ação coletiva.

“O meu pai era assim uma pessoa muito ativa, ainda fez parte da direção lá da Casa do Povo e daquelas coisas... mas só que tinha que fazer aquilo que os outros queriam. Depois quando se deu o 25 de Abril e se criou a reforma agrária o meu pai fez logo parte daquilo e eu também mas eu depois vim-me logo embora e pronto (...).” (José Martins, 60 anos, Alcochete, entrevista 04/12/2014).

José Martins nasce na aldeia de Brotas, concelho de Mora, no Alentejo, em 1954. Fez a quarta classe e trabalhou desde menino a guardar gado, em cozinhas, na apanha da azeitona, na tosquia das ovelhas, espelhando o trabalho sazonal com grande abrangência entre os alentejanos que, sob baixos salários e em condições laborais muito deficientes, assim trabalharam até ao 25 de abril. O trabalho sazonal não acabou, nem as más condições de trabalho, mas algumas conquistas foram celebradas desde o fim da ditadura. Além da participação do pai na reforma agrária, também ele tem um episódio que recorda muitas vezes, e que retrata a sensação da injustiça do exercício do poder das autoridades sobre as populações que lutavam pela melhoria das condições de vida:

“Quando foi a primeira propriedade, o Lobo do Paço, estava lá eu e a minha mulher. Eles foram com a GNR, bateram nas pessoas. (...) A guarda estava do lado de lá da Ribeira e nós estávamos do lado de cá e eles deram ordem para a gente ir embora. E eu digo para a minha mulher “isto vai dar porrada”, aquilo era arroz de um lado e canteiros do outro lado da estrada. Quando eles dão em avançar, digo para a minha mulher, “não te metas na estrada! Tu fuge para os canteiros do arroz” porque eles estavam a cavalo nos cavalos. E o arroz, aquilo tem uns combros grandes, e os cavalos não podem andar lá em cima, escorregam. E eu disse assim para a minha mulher “a mim ninguém me apanha, nem um guarda me há-de apanhar”. Eles vão dar porrada e a gente vai fugir. Tu foges para os canteiros de arroz, não vais para a estrada.” Quem se meteu na estrada apanhou porrada. Quem se meteu no arroz safou-se.” (José Martins, 60 anos, Alcochete, entrevista 04/12/2014).

José casou com 19 anos e decide, com a mulher, rumar à Grande Lisboa para melhorar as condições de vida. É fácil perceber: se num momento, no Alentejo, José ganhava quatro contos (20 euros), pouco depois de chegar a Lisboa passa a ganhar o dobro. A mulher começa por trabalhar numa fábrica de flores no Montijo, e depois na seca do bacalhau em Alcochete, trabalho que deixou quando o negócio parou, em 2001. José envereda na Rodoviária, atual Transportes Sul do Tejo, onde começa por ser cobrador e depois passa a motorista, profissão que continua a exercer na atualidade. Os primeiros quatro anos vivem no Montijo e depois compram casa em Alcochete, no concelho vizinho, onde ainda residem, perto das duas filhas,

que depois de adultas continuam a morar no município. José, praticamente desde que começou a trabalhar na empresa de transportes que se sindicalizou, iniciando a sua participação política, a sua ação coletiva, inscrevendo-se e participando na Comissão de Trabalhadores do Sindicato dos Rodoviários de Setúbal (FESTRU):

“Fui tudo. Primeiro fui delegado sindical. 1976 foi quando fui para ali. Mais ou menos em 1980 fui da comissão de trabalhadores, fui dirigente sindical e fui delegado sindical.” (José Martins, 60 anos, Alcochete, entrevista 04/12/2014).

Ao ir morar para Alcochete, associou-se ao Vulcanense, uma coletividade com grande inserção local, de cariz popular, voltada para o desporto e para as sociabilidades. José exerceu vários cargos dirigentes e mantém uma forte colaboração e participação na gestão do Vulcanense, manifestando grande orgulho nesta associação:

“Não tem dívidas. Não deve nada a ninguém. Pode ser publicado, escrito. Temos muitos atletas, mas antigamente eram geridos de uma maneira e agora são doutra. Porque a fatura traz tudo e a crise traz pouco. E temos que gerir. Tínhamos atletismo, mas o atletismo morreu a nível nacional, quer queiramos quer não. Aqui o Montijo tinha muito atletismo, o Imparcial, Bairro da Caneira, o Estrela do Afonsoeiro, Areias e hoje zero. Vira-se para outras modalidades. Também não havia o Karaté e hoje existe. Temos 40, 50, 60 a praticar Karaté. Também não havia o ténis. Hoje há. Ainda este fim-de-semana houve um torneio, organizado pela sociedade de ténis, vieram atletas de todo o lado. Temos o Kick box, o Hai Ki Du, outras como o cicloturismo. Tínhamos o andebol. Também é uma que acabou. Mas não no Vulcanense, acabou no distrito de Setúbal. Ainda no ano passado, em 2013, tínhamos equipas que iam jogar para Salvaterra, Torres Novas, Distrito de Santarém, porque não havia sítio para jogar em Setúbal.” (José Martins, 60 anos, Alcochete, entrevista 04/12/2014).

Mas importa voltar ao momento de entrada no Vulcanense. A situação, como é revelado no excerto seguinte, reflecte como a proximidade com outras pessoas que provêm da mesma zona de origem pode ter influência no reforço da ação coletiva:

“Havia um rapaz que é de Mora. Nessa altura ele fazia parte da direção e eu já era amigo dele lá e ele convidou-me para fazer parte dos corpos gerentes. Aceitei, depois fui indo, fui indo.” (José Martins, 60 anos, Alcochete, entrevista 04/12/2014).

Finalmente, tal como aconteceu no caso do Francisco Andrade, também para José, a manutenção da participação local e, em termos gerais, a insistência na ação coletiva depende da força das sociabilidades que esta potencia. O curto relato seguinte espelha, a nosso ver, esta ideia:

“Enquanto a gente não tiver uma coletividade, uma casa que seja, onde a gente possa reunir e conversar e enfim, para mim não tem aquela coisa” (José Martins, 60 anos, Alcochete, entrevista 04/12/2014).

6 – O engajamento cidadão de David Vargas

Desde novo, David Vargas, 22 anos, envolveu-se em atividades nos domínios do desporto, da arte e da política. Ainda criança praticou karaté, judo, natação e futsal, período em que morava na Damaia com os pais. Foi nesta freguesia do Concelho da Amadora onde viveu a infância e construiu sólidas amizades que até hoje perduram. Mudou-se com a família – pais e o irmão – para Odivelas em 2005, motivados pela busca de uma melhor qualidade de vida. Cansados das repetidas situações de insegurança vividas na Amadora, encontraram numa nova urbanização, em Odivelas, o conforto e a tranquilidade que desejavam. Esta mudança não impediu que David continuasse a frequentar a Damaia, principalmente após voltar para uma escola secundária daquela zona.

A crise económica mundial de 2008 foi particularmente ruinosa para David Vargas, tendo coincidido com a separação dos pais. O salário de professora da mãe passou a ter de assegurar a totalidade das despesas do agregado familiar, uma dificuldade agravada pelo desemprego do pai e pelo pagamento ao banco do empréstimo à casa recém-adquirida. A necessidade deles reajustarem (e cortarem) um conjunto de despesas do dia-a-dia tornou David mais sensível aos problemas sociais e económicos. Não obstante, esta temática era próxima da vida de David. Desde criança que os pais incentivaram-no a ter uma visão crítica sobre a sociedade, seja através de conversas quotidianas, seja por via do estímulo às artes: literatura, cinema, teatro. Antigo militante da associação política União Democrática Popular (UDP), o seu pai costumava leva-lo às marchas do 25 de abril e do 1º de Maio, momento em que vinham à tona ideologias e padrões culturais que valorizavam a ação coletiva, entendida como instrumento de transformação social. Como recorda David:

Eu sempre acompanhei o meu pai às marchas do 25 de Abril e do 1º de Maio. Era quase um ritual... Mas era interessante. Ele muitas vezes ia se encontrar com os antigos companheiros em almoços, e havia sempre muita conversa e música de intervenção. O meu pai me pôs em contacto com a música de intervenção desde pequeno. E isso, de alguma forma, despoletou a minha consciência (David Vargas, 21 anos, Odivelas, entrevista 15/10/2014).

Após três anos numa escola em Odivelas, David Vargas optou por voltar a estudar na Damaia, para onde o seu pai regressou depois do divórcio. Este foi um período de intenso crescimento pessoal e experimentação, quando participou de oficinas de teatro, organizou debates e

integrou um coletivo de comunicação, responsável por editar um jornal escolar. A criação de uma lista para concorrer à Associação de Estudantes assinala um período em que se tornou muito ativo politicamente, quando mobilizou amigos para um processo eleitoral que já não acontecia há dois anos na sua escola. Venceram as eleições como única lista candidata, o que lhes permitiu melhores condições para organizar atividades de interesse dos estudantes. Um dos debates de maior sucesso abordou o racismo, uma temática importante numa escola em que parte significativa dos estudantes são negros.

Houve dois momentos na vida de David que nos ajuda a compreender a sua imersão em práticas de ação coletiva de cariz artístico-cultural e político. O primeiro ocorreu no princípio da sua trajetória pelo ensino secundário, quando participou numa grande mobilização estudantil. Por todo o país, os estudantes revoltavam-se contra as aulas de substituição e o fim das faltas justificadas. Ver os seus colegas fazerem um cordão humano para impedir que alunos e professores entrassem na escola e, posteriormente, seguir em protesto até à Assembleia da República foi um acontecimento que o marcou bastante.

Houve em 2008, no meu 10º ano, uma grande mobilização de estudantes, a maior manifestação de estudantes do ensino secundário dos últimos 5 ou 10 anos... Enfim, eu não tinha ainda grande consciência política na altura, mas pensar nisso foi uma coisa impressionante. (...) Chegar à escola e ver um cordão humano, ninguém passava, nem deixavam as pessoas entrar nem nada. Éramos na boa umas 60 pessoas da minha escola. Apanhámos o autocarro para o Marquês de Pombal. Bem, chegámos lá, enfim, a manifestação foi brutal. Isso foi um acontecimento que me marcou bastante na altura (David Vargas, 21 anos, Odivelas, entrevista 15/10/2014).

O segundo momento prende-se com as eleições legislativas de 2009, quando o seu pai se tornou um dos responsáveis pela campanha eleitoral do Bloco de Esquerda (BE) na Amadora. David passou a acompanhá-lo em diversas atividades do partido, uma influência decisiva para o seu engajamento político-cidadão. A filiação ao BE surgiu naturalmente. Tornou-se um militante frequente nos encontros e reuniões partidárias, tendo participado como delegado no Congresso de Jovens do Bloco de Esquerda integrado a uma das correntes que disputavam os rumos dessa organização. O aprofundar dessa ligação fê-lo incorporar um conjunto de valores, ideologias e esquemas de apreciação / representação do mundo social encorajador de um “habitus militante” (Crossley, 2003). Essa socialização política o pôs em contato com múltiplos repertórios de ação coletiva, estimulando David para o agir político. É nesse contexto de militância que surge a vontade de construir uma lista para a associação de estudantes em sua escola.

Houve uma Conferência de Jovens do Bloco de Esquerda em que eu fui delegado (...) Exatamente nessa altura continuo a ir às reuniões e começo a pensar em tentar organizar coisas na minha escola. Então, influenciado por aquela dinâmica de estar a participar ativamente, começámos a organizar uma lista para a associação de estudantes no início do 12º ano (David Vargas, 21 anos, Odivelas, entrevista 15/10/2014).

A entrada na licenciatura de Comunicação Social na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL) permitir-lhe-ia ampliar as experiências artísticas e políticas. Logo no 1º ano integrou o grupo de teatro da faculdade e tornou-se um dos principais dinamizadores de uma lista para concorrer à Associação de Estudantes. Embora tenha perdido as eleições na 2ª volta, parte do grupo envolveu-se no Jornal “O Grito”, aproveitando a dinâmica de discussão político-cultural criada durante o processo eleitoral. Nos dois anos seguintes, David continuaria a participar de listas para a Associação de Estudantes da FCSH, e envolver-se-ia também com o universo audiovisual.

Integrar uma lista independente para concorrer à freguesia das Águas Livres nas Autárquicas de 2013 foi um marco na sua militância política, dado ter sido a primeira vez que participava como candidato para órgãos governamentais portugueses. David foi um dos protagonistas dessa lista – Movimento Independente das Águas Livres¹ (MIAL) –, pois conhecia muitos jovens que moravam naquela área.

O facto de conhecer bastante gente e ter feito lá intervenção, acabei por ser um dos candidatos deste movimento independente. (...) Durante a campanha tentámos falar com as pessoas, organizámos um debate com jovens, com amigos meus, e explicámos porque é preciso intervir, sem ficar a dizer “votem em mim de quatro em quatro anos”. E tivemos resultados bastante positivos: conseguimos eleger uma pessoa para a freguesia (David Vargas, 21 anos, Odivelas, entrevista 15/10/2014).

A experiência laboral de David circunscreveu-se a trabalhos temporários e precários exercidos durante as férias da faculdade: vendedor numa loja de óculos escuros num centro comercial de Lisboa, apanha da pera no Bombarral e copeiro num bar do Bairro Alto. Recentemente, trabalhou como assistente de produção em documentários, uma área profissional que ele aspira ingressar no futuro. Não é por acaso que está a cursar o mestrado em Cinema, aventurando-se na realização de um documentário sobre a demolição de casas e o desalojamento de famílias num bairro da Amadora.

Desde que iniciou o mestrado, a participação política perdeu o vigor de outrora: deixou de militar em partidos políticos e abandonou o movimento estudantil. Contudo, o engajamento

¹ Passou a haver uma única freguesia para a Damaia, Buraca e Reboleira: Águas Livres.

cívico continua ativo, e interliga-se ao universo artístico-cultural de alguns dos seus projetos mais recentes. Esta conexão está patente no documentário sobre a habitação que está a realizar, nas atuações teatrais que protagoniza e nos textos jornalísticos que publica. Na arte ou na política, a ação coletiva é parte integrante do percurso biográfico de David. Ambas as esferas estão implicadas em formas inovadoras de participação político-cidadã, e potenciam subjetividades alternativas que estão constantemente a conferir novos sentidos existenciais à vida de David.

7 – Considerações finais: a ação coletiva no percurso biográfico

Os casos analisados, ou seja, os retratos sociológicos de Francisco Andrade, José Martins e David Vargas, permite-nos perceber o modo como os contextos sociais influenciam o seu percurso biográfico enquanto protagonistas de ação coletiva, que as socializações constituem matrizes indutoras de disposições sociais para a ação coletiva, e finalmente, que se verificam determinadas lógicas de interação coletiva que são constantes nos percursos biográficos dos nossos entrevistados.

Os nossos retratos sociológicos constituem exemplos passíveis de serem integrados em perfis de ação coletiva operantes no espaço social da AML. Francisco Andrade, José Martins e David Vargas representam três gerações diferentes de residentes na AML, e com trajetórias de vida igualmente diferenciadas entre si, relativamente a estratégias migratórias, trajetórias de mobilidade residencial, condições e modos de vida, redes de sociabilidade, relação com o contexto local e inserção em atores coletivos.

Constituem trajetórias de ação coletivas multiparticipadas, atuantes em contextos de ação coletiva sindicais, estudantis, culturais-artísticos, associativos e em partidos e movimentos políticos. Tratam-se de protagonistas de ação coletiva com forte inserção nos seus contextos locais, estes, em si mesmo, heterogéneos entre si no interior da AML.

As suas disposições para a ação coletiva refletem os seus processos de socialização familiar, escolar, laboral, sociopolítico e simbólico-ideológicos. Estamos perante retratos sociológicos que partilham valores e universos simbólicos fomentadores de disposições ativas face às desigualdades e as injustiças sociais. Acontecimentos marcantes na história coletiva e pessoal despoletam e justificam a sua ação coletiva, cujos habitus militantes incorporaram as desigualdades e as situações consideradas como injustas.

A ação coletiva à escala individual é vivida em contextos de intensas sociabilidades, que de alguma forma, alimentam as próprias razões para o agir coletivo tão presente nas suas vidas. Está presente a ligação identitária a passados e atuais locais de residência, muitas vezes

justificativa de envolvimento associativos e políticos, (re)construtura de círculos sociais amicais, culturais-artísticos e institucionais.

8 – Bibliografia

ALMEIDA, João Ferreira de, MACHADO, Fernando Luís & COSTA, António Firmino da, 2006, “Classes sociais e valores em contexto europeu”, Jorge Vala & Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais: 69 - 96.

BOURDIEU, Pierre, 1979, *La Distinction*, Paris, Éditions de Minuit.

BOURDIEU, Pierre, 2000, *Propos sur le Champ Politique*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon.

COSTA, António Firmino da, 1999, *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Lisboa, Celta.

COSTA, António Firmino da (2007), “Os desafios da teoria da prática à construção da sociologia”, José Madureira Pinto & Virgílio Borges Pereira (orgs.), *Pierre Bourdieu. A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento: 15 - 29.

CROSSLEY, Nick, 2002, *Making Sense of Social Movements*, Berkshire, Open University Press.

CROSSLEY, Nick, 2003, “From reproduction to transformation: social movement fields and the radical habitus”, *Theory, Culture & Society*, 20 (6): 43 - 68.

DELLA PORTA, Donatella & DIANI, Mario, 2006, *Social Movements: An Introduction*, Oxford, Blackwell Publishers.

HABERMAS, Jürgen, 1989, *The Structural Transformation of the Public Sphere. An Inquiry Into a Category of Bourgeois Society*, Cambridge, Polity Press.

INGLEHART, Ronald, 1977, *The Silent Revolution. Changing Values and Political Systems among Western Publics*, Princeton, NJ, Princeton University Press.

LAHIRE, Bernard, 2002, *Portraits Sociologiques. Dispositions et Variations Individuelles*, Paris, Nathan.

LAHIRE, Bernard, 2003, *O Homem Plural. As Molas da Ação*, Lisboa, Instituto Piaget.

LAHIRE, Bernard, 2005, “Patrimónios individuais de disposições. Para uma sociologia à escala individual”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49:11-42.

LOPES, João Teixeira (org.), 2012, *Registos do Ator Plural: Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa*, Porto Edições Afrontamento.

MOUZELIS, Nicos, 1992, “The interaction order and the micro-macro distinction”, *Sociological Theory*, 10 (1): 122-128.

MOUZELIS, Nicos, 2008, *Modern and Postmodern Social Theorizing*, Cambridge, Cambridge University Press.

NUNES, Nuno, 2013, *Desigualdades Sociais e Práticas de Ação Coletiva na Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.

OLSON, Mancur, 1998, *A Lógica da Ação Coletiva. Bens Públicos e Teoria dos Grupos*, Oeiras, Celta Editora.

PIRES, Rui Pena, 2007, “Árvores conceptuais: uma reconstrução multidimensional dos conceitos de ação e de estrutura”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 53: 11-50.

RUGGIERO, Vincenzo & MONTAGNA, Nicola (orgs.), 2008, *Social Movements. A Reader*, London and New York, Routledge.

SEN, Amartya, 1995, *Inequality Reexamined*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.

SIMMEL, Georg, 1999, *Sociologie. Études sur les Formes de la Socialisation*, Paris, Presses Universitaires de France.

TILLY, Charles, 2008, *Contentious Performances*, Cambridge & New York, Cambridge University Press.

VELHO, Gilberto, 1994, *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Edições.